

RELATÓRIO E CONTAS

ANO 2017



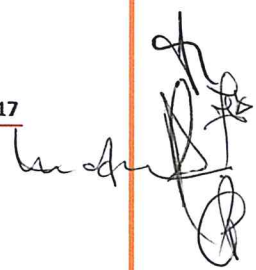
SEDE
Rua Pinheiro de Campanhã, 468
4300-915 Porto
T 225 193 810 F 225 193 811
geral@centrojuvenilcampanha.com

NIF 50 225983

PÓLO
Rua da Estrada Velha, Lugar de Areia, Árvore
4480-107 Vila do Conde
T 252 249 470 F 252 249 479
geral@centrojuvenilcampanha.com

ÍNDICE

Órgãos Sociais.....	3
A Administração.....	4
Intervenção Social.....	5
1. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência e Casa de Acolhimento Temporário – Sede.....	5
2. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência – Pólo Vila do Conde..	9
3. Creche – Sede.....	14
4. Pré-Escolar – Sede.....	17
Recursos Humanos.....	20
1. Organograma.....	20
2. Análise dos Colaboradores por Estabelecimento.....	21
3. Faixas Etárias dos Colaboradores.....	23
4. Rescisões do Contrato de Trabalho.....	23
5. Habilitações Literárias.....	24
6. Género.....	25
Demonstrações Financeiras.....	26
1. Balanço Individual.....	26
2. Demonstração Individual de Resultados por Naturezas.....	27
3. Demonstração Individual de Resultados por Funções.....	28
4. Demonstração Individual de Fluxos de Caixa.....	29
Anexo.....	30



Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente	Vítor Manuel Santos Oliveira
1º Secretário	Joaquim Manuel Ferreira
2º Secretário	José Manuel Martins Sousa

Administração

Presidente	Armando Antero Rodrigues Moreira
Tesoureiro	Maria João Ferreira Borges de Avelar
1º Secretário	Nuno Miguel de Oliveira Moreira
1º Vogal	Carla Manuela da Silva Pereira
2º Vogal	Maria Amélia Florido Duarte Martins

Conselho Fiscal

Presidente	Luísa Maria Gonçalves Moreira
1º Vogal	Elisabete Marina Vieira Gonçalves de Vasconcelos
2º Vogal	Cecília Maria Cardoso Martins



A Administração

O Centro Juvenil de Campanhã – Seminário dos Meninos Desamparados é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada na cidade do Porto, em 6 de janeiro de 1814 e considerada de utilidade pública nos termos de Decreto-Lei nº 460/77 de 7 de Novembro, e das leis em vigor, inscrita na Direção Geral da Segurança Social sob o nº 73/83, de 28 de Dezembro.

Em 2017, o Centro Juvenil de Campanhã como objetivo principal a promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade, nomeadamente no domínio do apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo, completou 203 anos de atividade, vividos em prol do bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

Foram feitas intervenções de conservação / remodelação no Centro Juvenil de Campanhã – Sede e Pólo de Vila Conde e em edifícios do Centro Juvenil de Campanhã com investimento da instituição. pois até agora os apoios não têm existido.

A gestão levada a efeito tem sido muito apertada e eficaz, para quando é preciso termos capacidade financeira.

Com este documento damos a conhecer, o resultado do nosso trabalho no ano de 2017, bem como os movimentos e mapas financeiros que espelham o resultado económico da nossa Instituição.

Temos tido apoio de diversas entidades empresarias, donativos de particulares e outros. Encerrado mais um ano de trabalho, a Administração não pode deixar de assinalar o seu profundo apreço e reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido pelas nossas equipas técnicas e educativas ao longo do ano, pleno empenhamento e dedicação.

A todos os profissionais da instituição deixamos uma palavra de gratidão.

Aos Voluntários agradecemos a vossa consciência social e disponibilidade são, para nós, um importante estímulo.

Assim e após breves considerações e transmissão da realidade da Instituição, de seguida, a síntese descritiva das principais atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2017 e das quais muito nos orgulhamos.

CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ

Intervenção Social

1. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência Casa de Acolhimento Temporária (Sede)

O Centro Juvenil de Campanhã desenvolveu o seu plano de atividades no ano de 2017, tendo em conta todas as crianças/jovens aqui acolhidas, as suas individualidades, as suas necessidades específicas e o seu bem-estar.

Ao longo do ano houve a preocupação por parte de toda a comunidade inerente ao CJC de criar um ambiente de organização, afeto, disciplina e implementação de regras.

Desta forma, conseguimos incutir valores, princípios éticos e a educação para a cidadania, fazendo da sua passagem pelo Centro Juvenil de Campanhã um momento de enriquecimento pessoal e de oportunidades que os prepare para as responsabilidades da vida adulta.

Este relatório visa uma avaliação geral da concretização das atividades desenvolvidas no ano cível de 2017 com os jovens acolhidos na Casa de Acolhimento do Centro Juvenil de Campanhã – Sede.

A análise das atividades teve por base o cumprimento das atividades propostas, o Interesse demonstrado pelos participantes, a avaliação dos adultos que acompanharam as crianças e jovens nas diversas atividades bem como a concretização das aprendizagens/objetivos propostos.

No que refere às atividades de carácter regular, que pretendem acima de tudo promover/fortalecer os vínculos afetivos entre os jovens e entre estes e as equipas de profissionais decorreram de forma positiva. Registou-se uma melhoria nas relações estabelecidas com os jovens, fruto dos momentos de lazer promovidos diariamente, do acompanhamento nas tarefas e responsabilidades diárias bem como das intervenções socioeducativas regulares.

No decorrer do ano de 2017, tivemos em funcionamento 5 salas de grupo, onde se dividiram as crianças/jovens por faixas etárias, tendo sido atribuído um técnico, educador social e um ajudante de ação educativa auxiliar para um acompanhamento mais individualizado. Procedeu-se à reorganização da Equipa Técnica para o modelo de Gestores de Caso, também as salas de estudo sofreram alterações, estando em funcionamento apenas uma sala de estudo, sendo que, cada Gestor de Caso, encaminha e acompanha os jovens da sua gestão.



Para além do acompanhamento ao estudo contemplado no plano de atividades, também foi possível criar outras atividades de caráter lúdico, tendo para isso sido fundamental o apoio da equipa de voluntários e estagiários que tivemos ao longo do ano.

Importa referir ainda que, em parceria com a **GAS Porto**, deu-se início um projeto, "Projeto Percursos", que trabalham de uma forma mais individualizada com os jovens que se encontram em processo de autonomização, no sentido de lhes promover e desenvolver competências sociais e pessoais, apoiando-os na inserção do mercado de trabalho, promovendo-lhes o conhecimento e participação em diferentes atividades sociais e culturais.

Nas atividades desportivas tivemos uma adesão significativa por parte das crianças e jovens, destacando-se o gosto pela atividade do futebol, onde os jovens participaram num Torneio de Futebol Intrainstituições.

Realizaram-se ainda atividades de educação física, de dança e outras relacionadas com as artes plásticas.

Relativamente às atividades programadas para as pausas letivas/interrupções escolares, onde se deu prioridade à realização de atividades a decorrer fora da Instituição (visitas a museus, parques, campismo, praias, etc...), consideramos que na sua maioria, decorreram de modo positivo, tendo as crianças/jovens aderido com interesse e motivação, principalmente no que respeita às atividades de acampamento, promovidas pela **Associação Terra Viva** e as de verão, de onde se destacaram as idas aos parques aquáticos, parques naturais, visitas e no mês de agosto promoveu-se a frequência regular da praia, onde se disponibilizou, um autocarro diário, para este efeito.

Nas atividades celebradas em datas específicas, tais como festa de Carnaval, festa de S. João, Halloween e o dia de S. Martinho, onde se pretende incutir nas crianças/jovens padrões culturais relacionados com as datas, estas decorreram de forma positiva. Foi possível reforçar os vínculos afetivos entre a comunidade institucional, tendo quer os jovens quer os colaboradores, participado ativamente.

Neste ponto, tivemos ainda a realização da festa de Natal do Centro Juvenil de Campanhã, onde participaram as crianças/jovens do polo de Vila do Conde e restante comunidade Institucional.

Resta mencionar que durante o mês de dezembro de 2017 tivemos a realização de várias atividades alusivas à Época Natalícia, bem como a realização da habitual Festa de Natal em conjunto com os jovens do Pólo de Vila do Conde.

Importa ainda salientar que, ao longo de 2017, foram mantidos os protocolos existentes com o **GasPorto**, para o acompanhamento ao nível social e da educação dos nossos jovens; o **Projeto CASO da Mundo a Sorrir**, na prestação de serviços de saúde oral e de acompanhamento psicossocial; a **Escola Superior de Educação**, no acolhimento de estagiários na área da Educação Social.

Para além destes, o Centro Juvenil de Campanhã continua a trabalhar em parceria com outras entidades externas nas áreas da saúde, educação e social, sendo disso exemplos, o **Centro de Saúde de S. Roque**, **PIAC**, **IEFP**, **Escola Superior de Educação Paula Fracineti**, **Universidade Portucalense**, e todos os estabelecimentos de ensino onde os nossos jovens estão integrados.

Em termos de conclusão, de uma forma geral, a taxa de execução das atividades foi positiva. A maioria das atividades foram concretizadas de acordo com o previsto, dando cumprimento aos objetivos propostos. As atividades foram organizadas/dinamizadas pelas equipas em colaboração com os voluntários e estagiários do CJC.

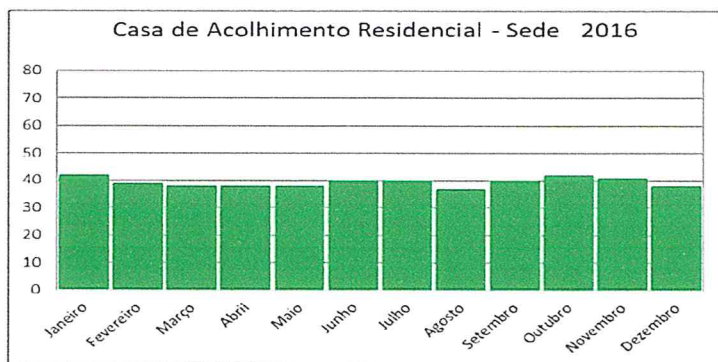


Gráfico 1: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2016

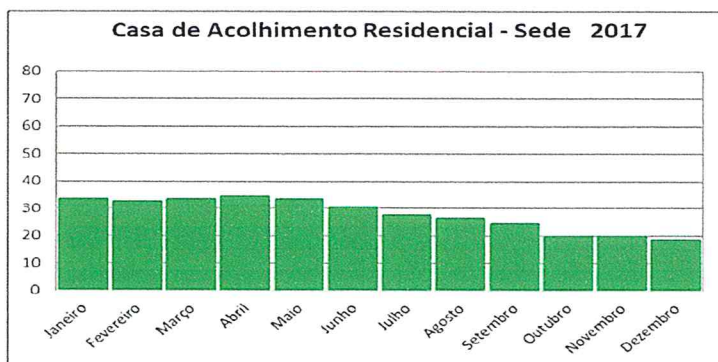


Gráfico 2: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2017

[Handwritten signature]

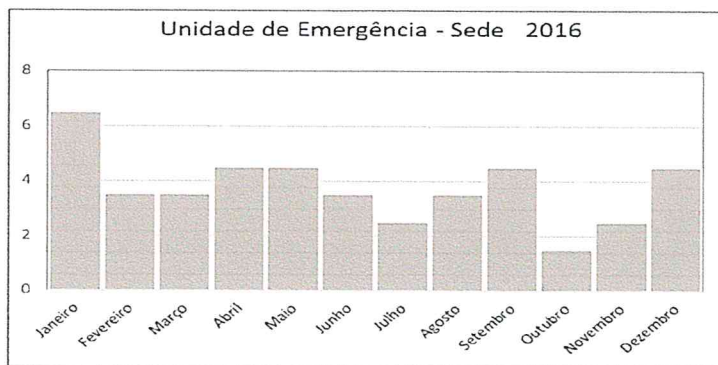


Gráfico 3: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2016

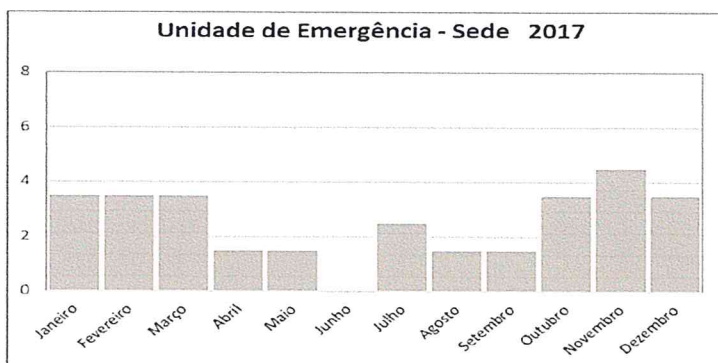


Gráfico 4: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2017

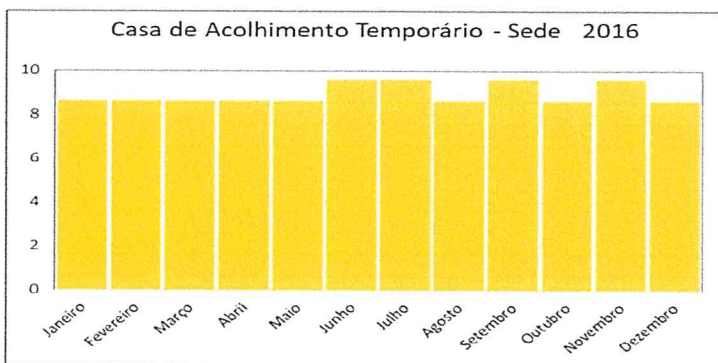


Gráfico 5: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2016

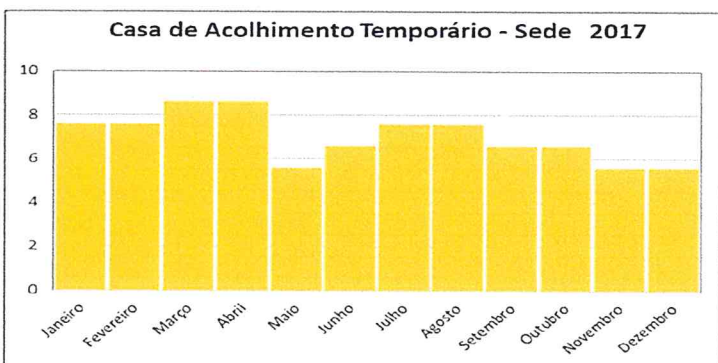


Gráfico 6: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2017



2. Casa de Acolhimento com Unidade de Emergência – Pólo de Vila do Conde

Introdução

Sendo o Plano de Atividades elaborado com o objetivo de proporcionar aos jovens acolhidos uma estrutura de vida tão aproximada à de um núcleo familiar normativo, este plano assumiu como horizonte o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos jovens.

Deste modo, o presente relatório foi elaborado com base no Plano Anual de Atividades de 2017 e das respetivas avaliações formais dos dinamizadores de cada atividade¹ em articulação com as avaliações não-formais dos jovens que nelas participaram.

Este relatório visa o cumprimento de uma avaliação geral das atividades realizadas no ano cível de 2017 com os jovens acolhidos no Centro Juvenil de Campanhã – Pólo de Vila do Conde.

As atividades que se desenvolveram tiveram como objetivo geral promover as capacidades biopsicossociais dos jovens, de forma a promover competências pessoais e sociais e saberes, como o “saber-ser, saber-estar e saber fazer” que permitam às crianças e jovens um contacto com a comunidade envolvente que reforce a normalização do seu quotidiano, dando-lhes oportunidade de usufruir de novas experiências enriquecedoras que contribuam para o desenvolvimento holístico

Análise e Apresentação de Dados

Após análise das avaliações formais realizadas por parte dos adultos que participaram e orientaram as atividades propostas, foi possível verificar que, em concordância com os resultados obtidos nos anos anteriores, as mesmas foram bastante satisfatórias. De facto, procedendo-se a uma análise geral das avaliações dos adultos que acompanharam as diversas atividades realizadas, verifica-se que as mesmas demonstraram ir de encontro às expectativas e desejos dos jovens, sendo avaliadas, na maioria, entre a escala do “Excelente” e do “Bom”.

Como se verifica, embora o Plano de Atividades de 2017 previsse a realização de 38 (trinta e oito) atividades, ao longo desse ano a nossa Equipa concretizou com os jovens acolhidos um total de 62 (sessenta e duas) atividades, verificando-se assim um acréscimo de 24 (vinte e quatro) atividades face ao previsto no Plano de Atividades de 2017. Esse acréscimo prendeu-se

¹ Elementos da Equipa Técnica e da Equipa Educativa

essencialmente com a já referida necessidade de readequação das atividades previstas, procurando ir de encontro às expetativas, gostos e solicitações dos próprios jovens acolhidos.

Como amostra de algumas das atividades não contempladas no Plano Anual de Atividades para 2017, mas realizadas com boa adesão por parte dos jovens, veja o seguinte gráfico:

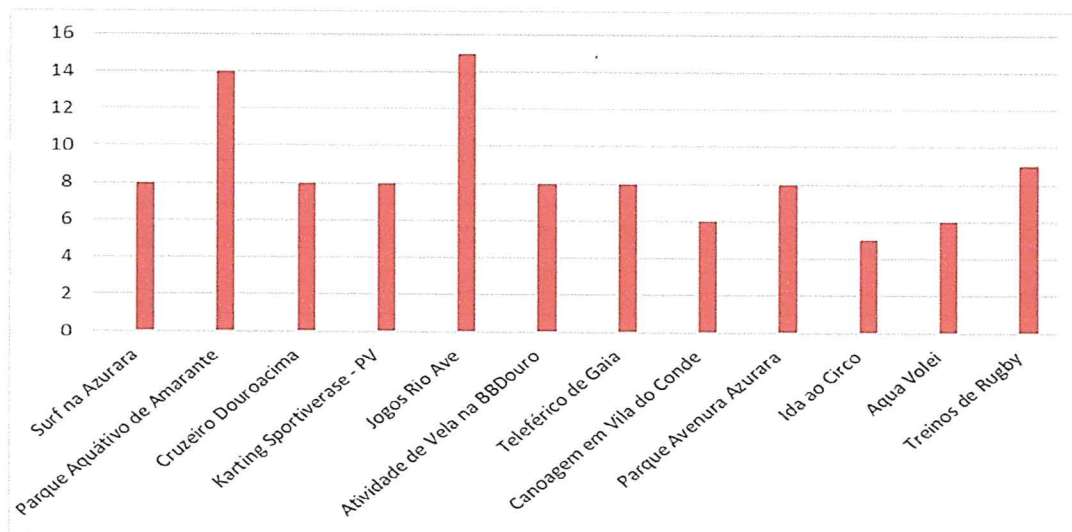


Gráfico 7: Atividades realizadas

Nas 62 (sessenta e duas) atividades desenvolvidas ao longo de 2017, contabilizam-se 417 (quatrocentos e dezasete) participações de jovens, atingindo-se desta forma uma média de 8 (oito) jovens por atividade. Contudo, continua a haver uma participação geral dos jovens diferente do expéctável, pois muitas das atividades são desenvolvidas em alturas de pausas letivas, períodos em que bastantes jovens acolhidos se encontram no seu agregado familiar o que, consequentemente, impede a sua participação nas atividades desenvolvidas.

Analisando as fichas de avaliação das atividades realizadas em 2017, observa-se que o grau de satisfação geral em relação às atividades foi entre o “Excelente” e o “Bom”. Tal como sucedeu com o Plano Anual de Atividades de 2016, o gosto e o interesse dos jovens participantes no Plano Anual de Atividades de 2017 revelou-se, de forma mais expressiva, nas atividades referentes à participação em atividades desportivas e à frequência da assistência aos jogos de futebol do Rio Ave, dado que, para muitos jovens, é na Instituição que têm oportunidade de se deslocar a estes eventos.

De igual modo, todos os jovens aderem positivamente a atividades como “Visita ao Parque Aquático de Amarante” e o “Parque Aventura Azurara”, pedindo que as mesmas se repitam e salientando a importância de lhes ser possível conviver com os colegas e os adultos da CAR num ambiente mais informal, assim continuam a salientar-se como positivas as atividades que correspondem a saídas efetivas da Instituição.

Sendo o grau de satisfação geral com as atividades bastante positivo, os diferentes indicadores específicos referentes ao comportamento dos jovens nas atividades, reforçam a existência de um elevado grau de satisfação. Na verdade, analisando o nível do comportamento, do vocabulário, do respeito mútuo e também do interesse e da participação efetiva nas atividades a maioria dos resultados apresentam-se bastantes positivos e próximos dos rácios do grau de satisfação geral com as atividades:

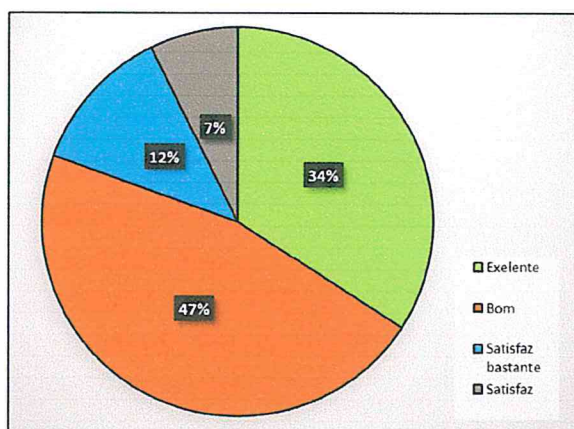


Gráfico 8: Satisfação geral com as atividades realizadas

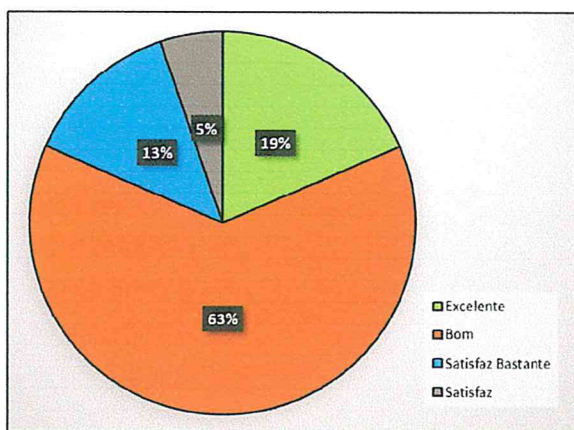


Gráfico 9: Comportamento geral dos jovens

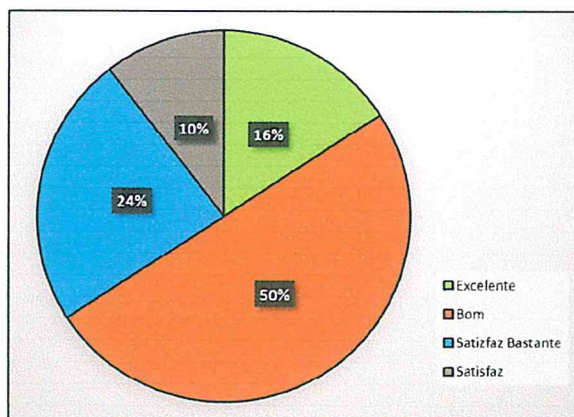


Gráfico 10: Vocabulário utilizado pelos Jovens

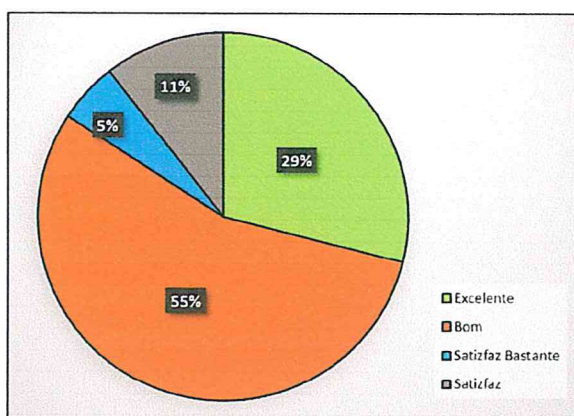


Gráfico 11: Respeito pelos pares

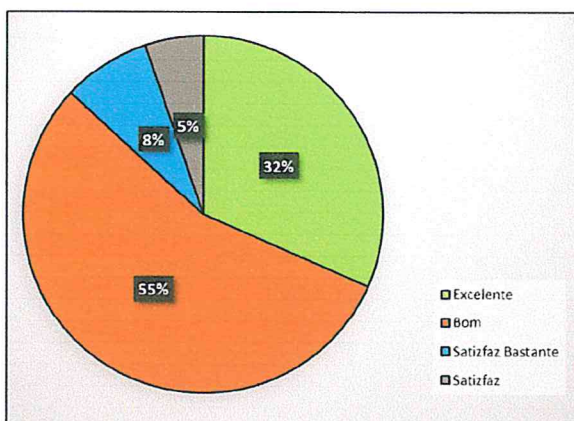


Gráfico 12: Respeito pelos adultos

Como complemento às atividades de carácter pontual, o Plano Anual de Atividades de 2017 continua a contemplar todas as práticas inerentes às rotinas dos

jovens acolhidos. Correspondendo a um trabalho quotidiano das Equipas Técnica e Educativa, consensualmente, no ano de 2017, verificamos a existência de uma melhoria nas relações entre os adultos e os jovens, provavelmente derivado ao perfil dos jovens acolhidos que, por características de personalidade são menos conflituosos e estão mais dispostos a aceitar e integrar as mudanças pretendidas na tentativa da sua reeducação através de intervenções socioeducativas regulares, que se têm mostrado profícuas.

Embora, com margem de consolidação, a nossa Equipa continua a entender que as salas de estudo, os projetos de Desporto, a manutenção dos espaços de pertença, os ateliers Lúdico e Pedagógicos e o Treino de Competências Pessoais e Sociais, foram implementados com sucesso, revelando-se como uma mais-valia para o desenvolvimento biopsicosocial dos jovens acolhidos na CAR.

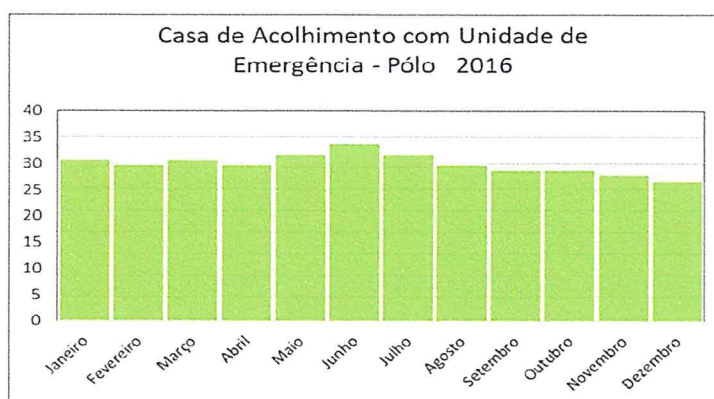


Gráfico 13: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2016

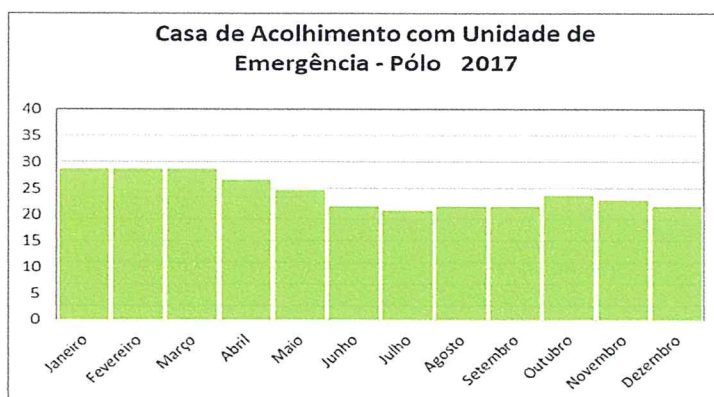


Gráfico 14: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2017



3. Creche - Sede

A Creche é uma resposta social de natureza socioeducativa, vocacionada para o apoio à família e à criança, destinada a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

Constituem objetivos da Creche:

- a. Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;
- b. Colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo educativo;
- c. Assegurar um atendimento individual e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança;
- d. Prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;
- e. Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afetiva;
- f. Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde;
- g. Promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade.

A Creche elaborou o seu Plano de Atividades no ano 2017 em estreita articulação com o **Projeto Educativo de Creche**, **Projeto Pedagógico**, **Manual de Qualidade em Creche** e o **Regulamento Interno**, importa agora no final, fazer uma reflexão sobre o seu grau de execução e o envolvimento dos vários atores educativos na prossecução do mesmo com o objetivo primordial de se conseguirem cumprir os objetivos propostos.

O Plano de Atividades foi encarado numa dupla perspetiva:

- Um instrumento de planificação, na medida em que procurou programar as atividades desenvolvidas no ano de 2017;
- De envolvimento e comunicação por parte de todos os atores educativos. Contudo, o Plano de Atividades nunca foi encarado como um documento estanque, a existência de um plano previamente definido foi, sem dúvida, um excelente auxiliar de sucesso, mas permaneceu aberto ao seu próprio enriquecimento.

Com este documento pretende-se fazer o ponto de situação das atividades desenvolvidas na Creche.

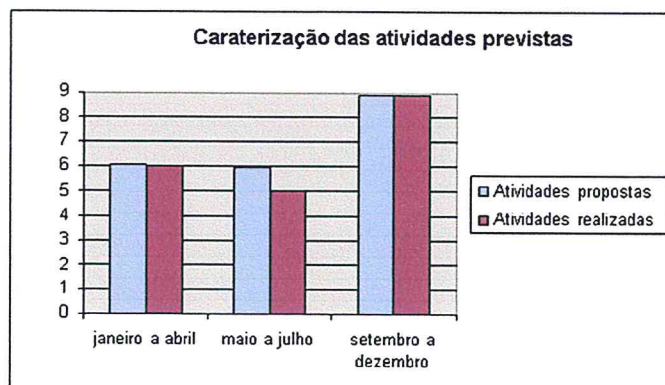


Gráfico 15: Atividades propostas e realizadas

Numa análise ao gráfico, verifica-se que não foi concretizada uma atividade no mês de julho, tendo em conta que no dia dos avós, uma grande percentagem das crianças encontrava-se de férias.

No mês de novembro surgiu o convite para a participação na campanha do Pai Natal Solidário dos CTT (www.painatalsolidario.pt) que tão importante foi para a nossa realidade, tendo em conta o meio social em que estamos inseridos.

Na sequência do cumprimento do Plano Anual e considerando as atividades até agora realizadas destacam-se como aspetos mais relevantes:

- O elevado grau de execução das atividades propostas;
- A calendarização foi cumprida;
- Participação dos elementos da comunidade educativa na concretização do plano;
- Contributo para o enriquecimento curricular dos alunos;
- Empenho e participação da comunidade educativa;
- Pertinência e adequação dos temas propostos;
- Promoção da interdisciplinaridade e da articulação de conteúdos e competências;
- Envolvimento da CRECHE com a comunidade;

Salienta-se ainda que no decorrer do ano 2017, foram mantidos os protocolos existentes com a E.S.E Paula Frassinetti e ELI Porto Oriental (Intervenção Precoce na Infância).

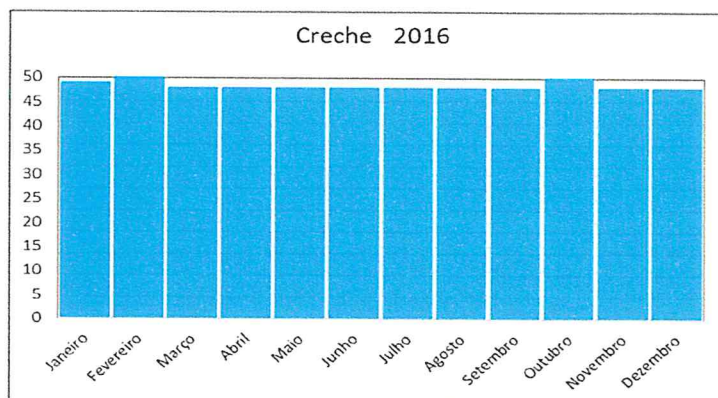


Gráfico 16: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2016

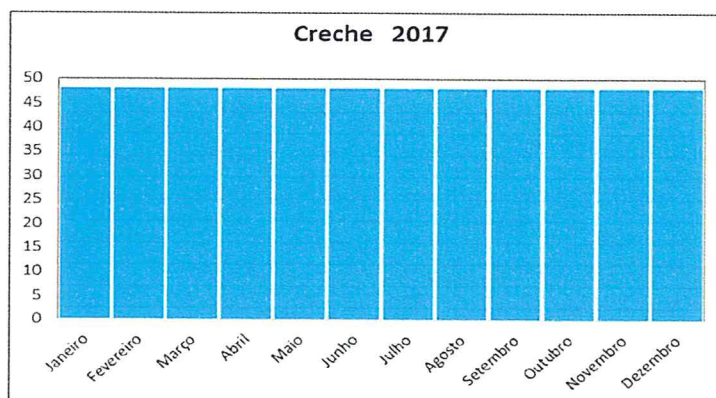


Gráfico 17: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2017

4. Pré-Escolar - Sede

O estabelecimento de Pré-escolar está organizado em duas componentes, uma educativa e outra de apoio à família, prestando, em cada uma delas, um conjunto de atividades e serviços. É um espaço educativo, pensado e organizado em função da criança e adequado às atividades que nele se desenvolvem, onde convive com outras crianças, onde realiza atividades variadas, sozinha e em grupo, fazendo aprendizagens importantes, partilhando e trocando saberes, desenvolvendo um espírito democrático para melhor aprender e conhecer o mundo que a rodeia.

As atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2017 no PAA tiveram em conta, as linhas orientadoras definidas em dois documentos essenciais:

- **Projeto Educativo de Pré-escolar “Educar pela Arte”**

Com este projeto pretendemos dar uma educação global, integrante, que potencia, valoriza e promove a capacidade de observação, o sentido crítico, a transformação, a exploração e vivência de emoções, e o desenvolvimento da criatividade das crianças.

- **Projeto Curricular de Sala**

documento que define as estratégias de concretização e de desenvolvimento das orientações curriculares para a educação pré-escolar, visando adequá-lo ao contexto de cada grupo/turma.

Os objetivos pedagógicos destes documentos, têm como referência a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar e as novas Orientações Curriculares para Pré-Escolar.

Objetivos da Educação Pré-escolar:

- a) promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
- b) fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
- c) contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;

Assinatura

- d) estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;
- e) desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- f) despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- g) proporcionar à criança ocasiões de bem-estar e de segurança, nomeadamente, no âmbito da saúde individual e coletiva;
- h) proceder à despistagem de inaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- i) incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

Atividades do PAA

Das vinte e três atividades propostas e aprovadas no PAA, foram todas realizadas com sucesso:



Gráfico 18: Atividades realizadas

Para além das atividades previstas no plano, surgiram no decorrer das mesmo duas novas atividades, como o workshop na **Casa da Música** e o convite para a participação na **Campanha do Pai Natal Solidário dos CTT** que tão importante foi para a nossa realidade, tendo em conta o meio socioeconómico em que estamos inseridos.

O Plano Anual de Atividades foi um documento aberto e dinâmico, permitindo em primeiro lugar, a um enriquecimento curricular dos alunos, em segundo lugar, à promoção da interdisciplinaridade e articulação dos conteúdos.

hesh
hesh
hesh
hesh

Concluído mais um ano, destacam-se como aspetos mais relevantes:

- O elevado grau de execução do PAA
- A calendarização foi cumprida
- Participação dos elementos da comunidade na concretização do plano
- Contributo para o enriquecimento curricular dos alunos
- Empenho e participação da comunidade educativa
- Pertinência e adequação dos temas propostos
- Promoção da interdisciplinaridade e da articulação de conteúdos e competências
- Envolvimento do pré-escolar com a comunidade

Salienta-se ainda que, durante o ano de 2017 mantiveram-se os protocolos com a ESE Paula Frassinetti e a ELI Porto Oriental (Intervenção Precoce na Infância).

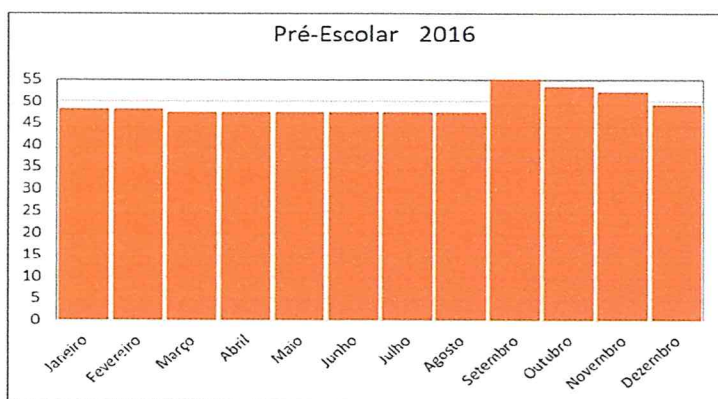


Gráfico 19: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2016

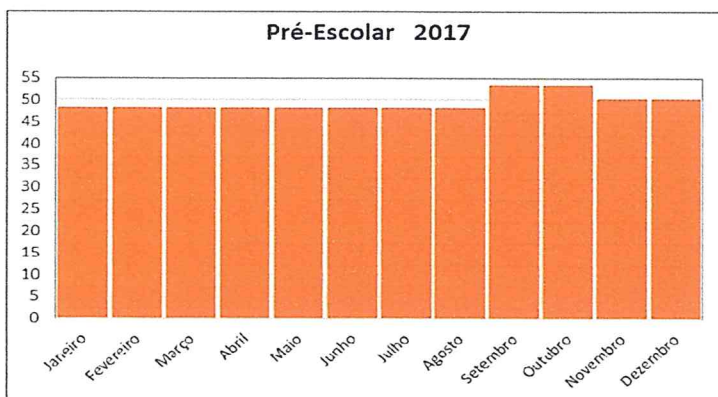
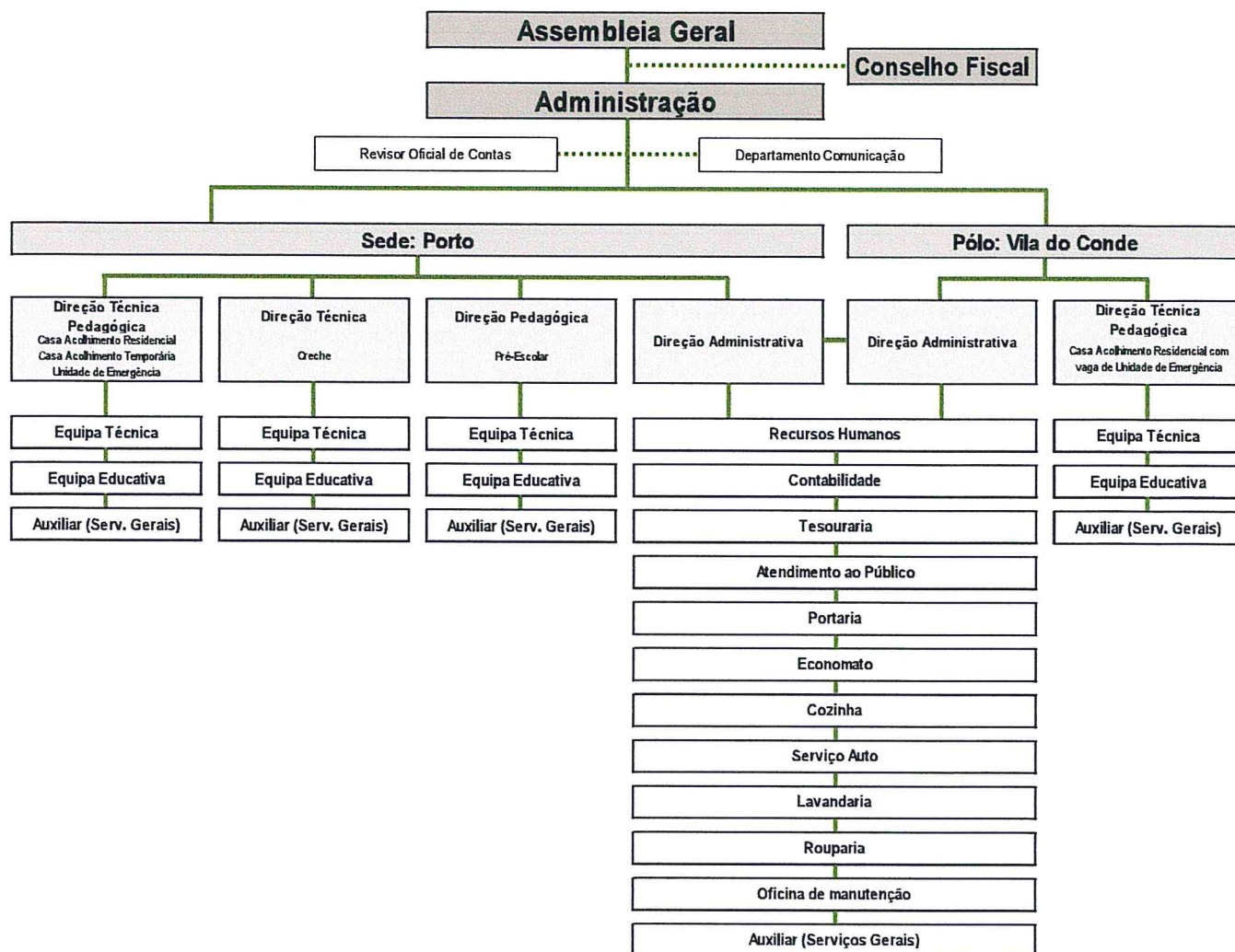


Gráfico 20: Nº utentes que frequentaram a resposta social no ano 2016

Recursos Humanos

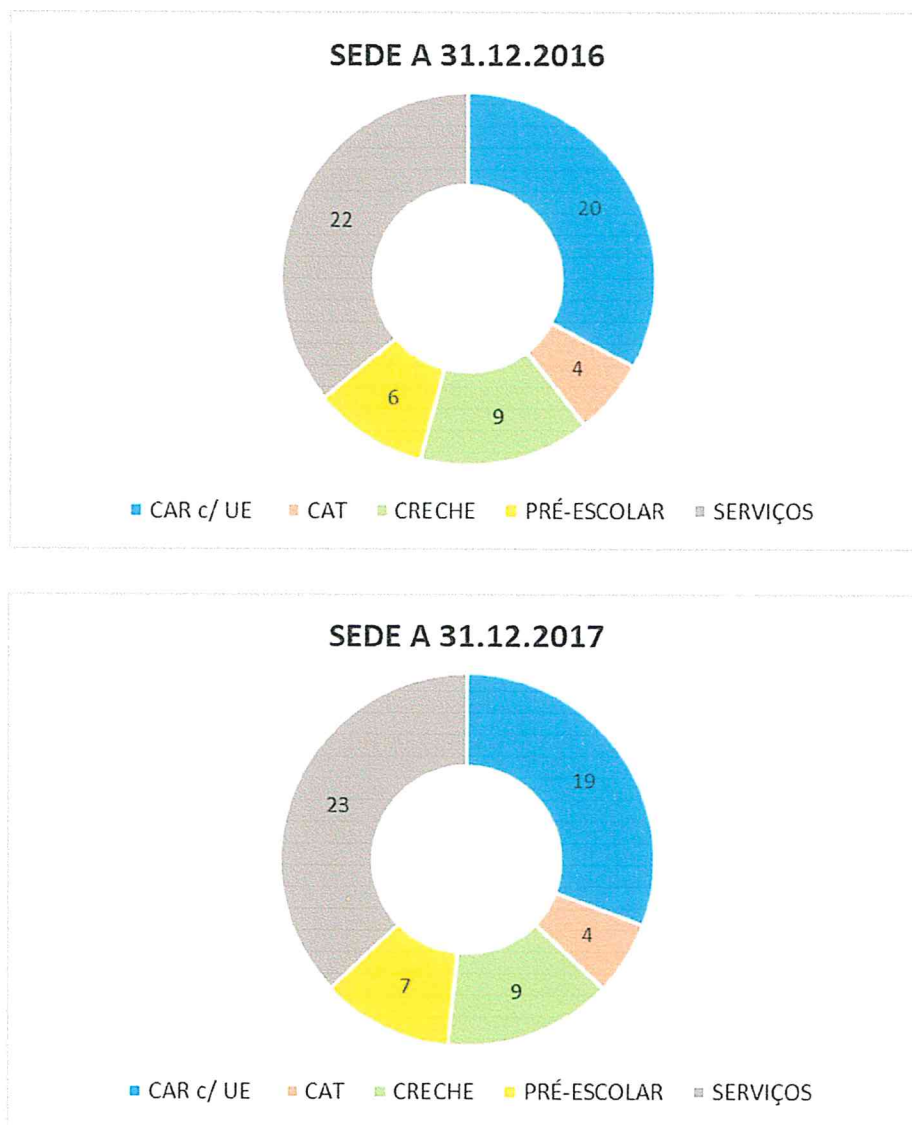
1. Organograma



2. Análise dos colaboradores por estabelecimento

No final de 2017, o Centro Juvenil de Campanhã integrava nos seus quadros 87 funcionários e outros que prestam regularmente trabalho em regime de contrato de prestação de serviços que totalizam 9.

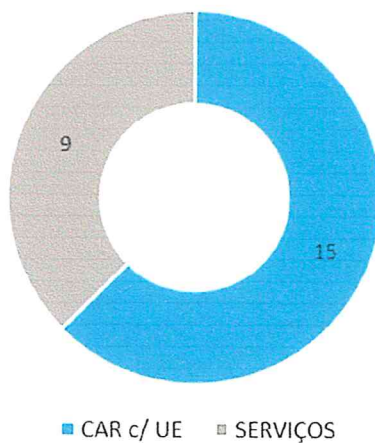
O volume de recursos aumentou em relação ao ano de 2016.



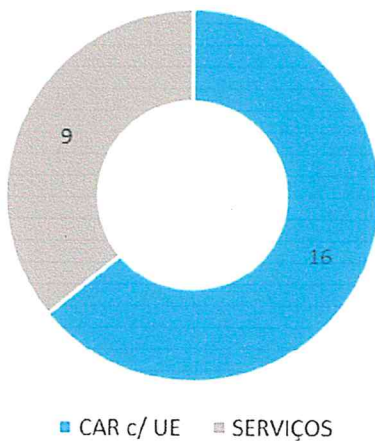
No ano 2017, registou-se o aumento de 1 trabalhador, comparando com o ano 2016 que eram 61

Handwritten signature

PÓLO A 31.12.2016

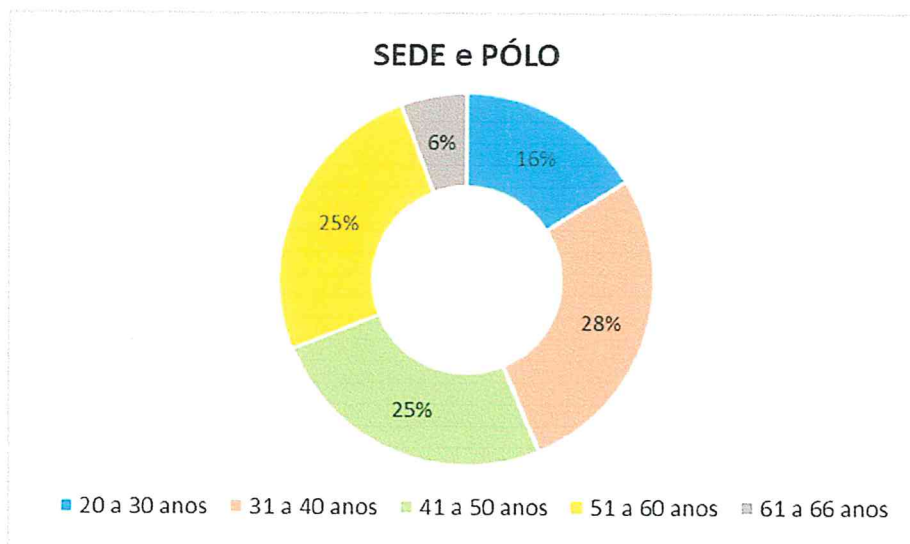


PÓLO A 31.12.2017



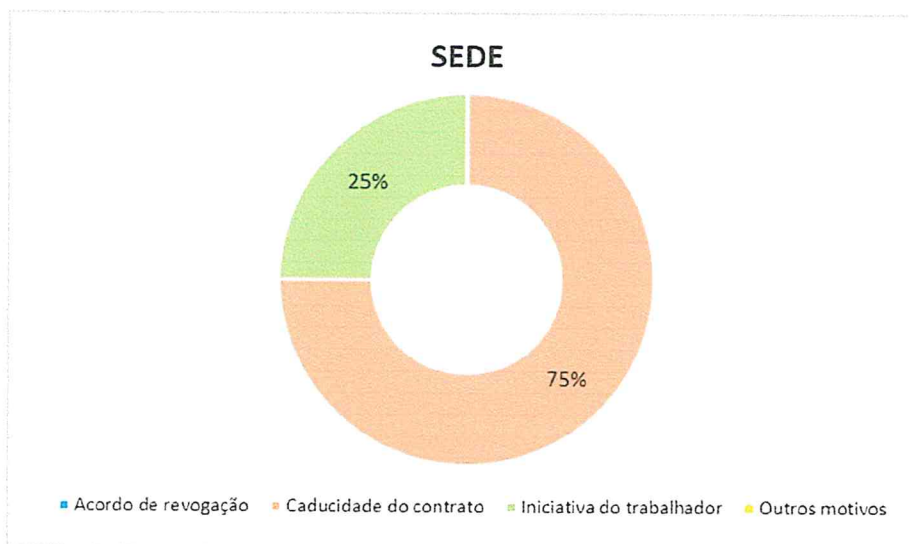
No ano 2017, registou-se o aumento de 1 trabalhador, comparando com o ano 2016 que eram 24

3. Faixas Etárias dos Colaboradores



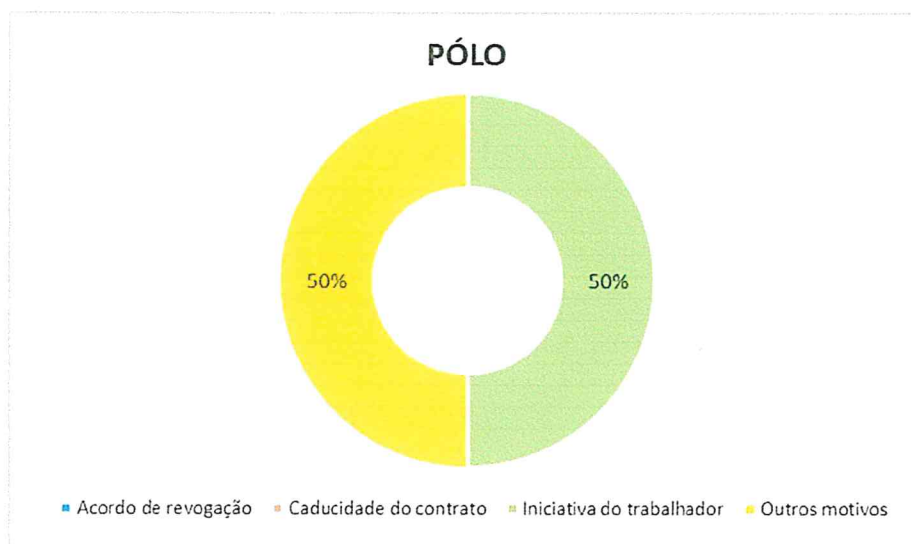
No ano 2017, a média de idades dos trabalhadores era de 43 anos

4. Rescisões do Contrato de Trabalho



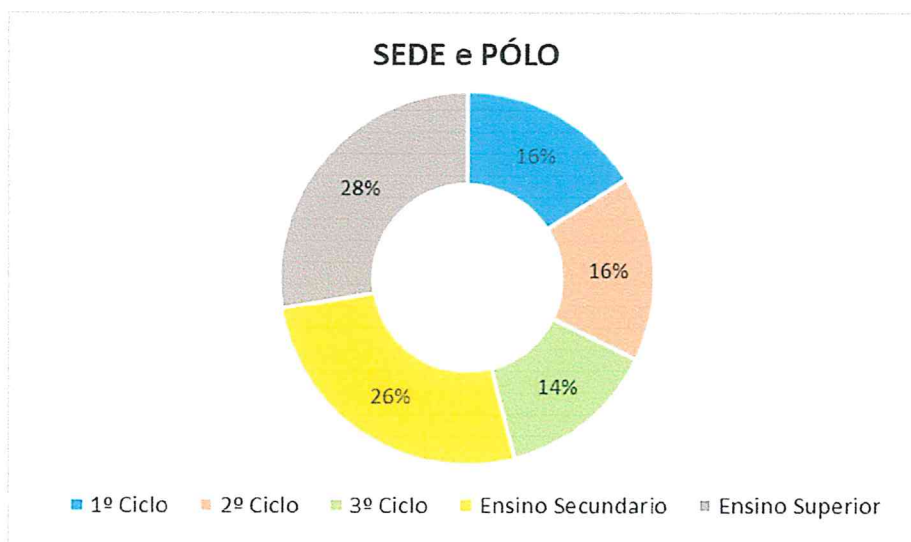
No ano 2017, rescindiram o contrato de trabalho 4 pessoas

Handwritten signature

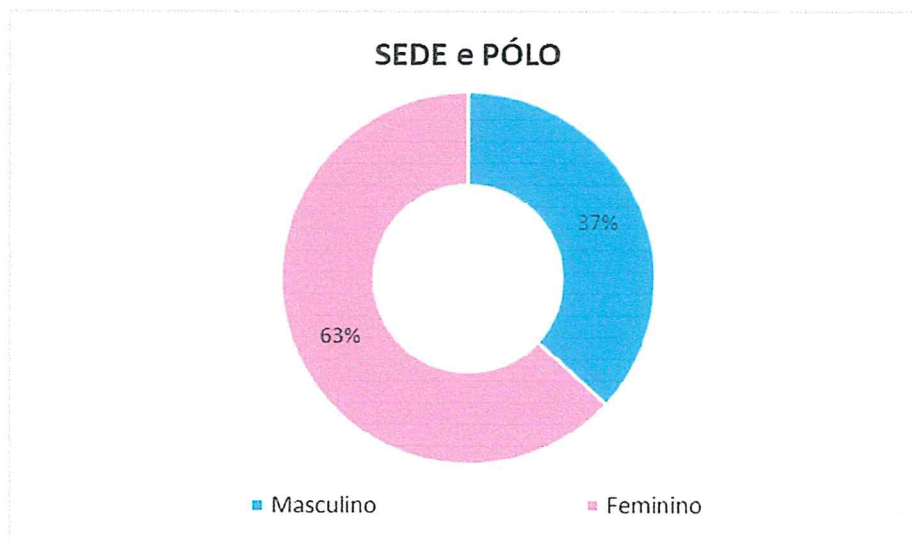


No ano 2017, cessaram o contrato de trabalho 4 pessoas

5. Habilitações Literárias



6. Género



Demonstrações Financeiras

(Euros)

1. Balanço Individual em 31-12-2017

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		2.705.790,25	2.579.450,18
Bens do patrimonio histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		2.417,69	2.417,69
Investimentos financeiros		6.160,31	3.505,29
Beneméritos, patrocinadores, associados, membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2.714.368,25	2.585.373,16
Activo corrente			
Inventários		5.148,06	8.741,15
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		2,00	0,00
Fundadores, beneméritos, patrocinadores, associados, membros		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos correntes		26.300,26	23.344,06
Caixa e depósitos bancários		103.167,79	198.873,76
		134.618,11	230.958,97
Total do activo		2.848.986,36	2.816.332,13
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		419.725,57	419.725,57
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		778.864,86	822.453,92
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		699.826,71	551.040,22
Resultado líquido do período		-121.595,38	-43.589,06
Total dos fundos patrimoniais		1.776.821,76	1.749.630,65
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		309.667,96	351.460,72
Outras dividas a pagar		415.044,30	415.044,30
Outros		0,00	0,00
		724.912,26	766.505,02
Passivo corrente			
Fornecedores		127.049,72	115.723,88
Estado e outros entes públicos		50.222,82	43.558,03
Fundadores, beneméritos, patrocinadores, associados, membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		81.362,44	40.797,96
Diferimentos		0,00	0,00
Outras passivos correntes		88.617,36	100.116,59
		347.252,34	300.196,46
Total do passivo		1.072.164,60	1.066.701,48
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.848.986,36	2.816.332,13

(Euros)

2. Demonstração Individual de Resultados por Naturezas em 31-12-2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		82.729,54	86.358,42
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
ISS, IP - Centros Distritais		1.262.149,82	1.258.782,70
Outros		2.358,45	2.603,87
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-111.469,38	-212.633,09
Fornecimentos e serviços externos		-368.301,25	-352.755,46
Gastos com o pessoal		-1.184.856,24	-1.000.076,07
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		155.651,98	195.089,78
Outros gastos		-25.375,18	-66.763,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-187.112,26	-89.393,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-27.612,82	-26.850,57
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-214.725,08	-116.243,97
Juros e rendimentos similares obtidos		100.360,84	79.552,77
Juros e gastos similares suportados		-7.231,14	-6.897,86
Resultado antes de impostos		-121.595,38	-43.589,06

(Euros)

3. Demonstração Individual de Resultados por Funções em 31-12-2017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		82.729,54	86.358,42
Custos das vendas e dos serviços prestados		-111.469,38	-212.633,09
Resultado bruto		-28.739,84	-126.274,67
Outros rendimentos		1.520.075,76	1.535.446,09
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		-1.553.157,49	-1.352.831,53
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-35.043,79	-83.186,11
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-96.865,36	-26.846,22
Gastos de financiamento (liquidos)		-24.730,02	-16.742,84
Resultado antes de impostos		-121.595,38	-43.589,06
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-121.595,38	-43.589,06

(Euros)

4. Demonstração Individual de Fluxos de Caixa em 31-12-2017

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		82.729,54	86.358,42
Pagamentos a fornecedores		-409.719,58	-406.429,59
Pagamentos ao pessoal		-745.601,62	-716.040,63
Caixa gerada pelas operações		-1.072.591,66	-1.036.111,80
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		947.014,39	945.301,06
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-125.577,27	-90.810,74
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-8.382,79	-18.474,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-0,29	-4,88
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		4.514,63	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		94,87	788,54
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		59.506,64	40.849,92
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		55.733,06	23.159,58
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		146.000,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-147.028,28	-40.436,02
Juros e gastos similares		-6.308,34	-6.578,06
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		-18.867,01	-10.747,81
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-26.203,63	-57.761,89
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-96.047,84	-125.413,05
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		198.923,64	324.331,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período		102.875,80	198.918,76



CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ

Anexo**1. Identificação da Entidade**

O Centro Juvenil de Campanhã, é uma instituição particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos sob a forma de Associação e em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-lei n.º 119/83, de 25 Fevereiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 402/85 de 11 de Outubro e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, procedeu a Direcção-Geral da Segurança Social ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública com sede social na Rua Pinheiro de Campanhã, 468 – 4300 415 Porto, tem como atividade a promoção da população infantil e juvenil de todo o país, bem como dos países de língua oficial portuguesa, numa perspectiva de solidariedade social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2010, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, o Centro Juvenil de Campanhã preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2011 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2010 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2010.

A reconciliação do capital próprio relatado de acordo com o POC com o capital próprio segundo as NCRF, entre a data de transição para as NCRF e 31 de dezembro de 2010, apresenta-se de acordo com a descrição do Balanço.

A reconciliação do resultado segundo o POC, relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2016, com o resultado segundo as NCRF relativo ao mesmo período, não obteve qualquer alteração.

Na preparação do balanço de abertura de acordo com as NCRF não foram reconhecidas ou revertidas perdas por imparidade.

As reconciliações apresentadas não incluem itens referentes às correções de erros.

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações preparadas em conformidade com as NCRF, tendo sido aplicada a NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo Centro Juvenil de Campanhã na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o CJC continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos

de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos ao CJC a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que o CJC tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Centro Juvenil de Campanhã adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que o CJC detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato o CJC avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui o caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, o CJC analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) o CJC está isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

Handwritten signature and initials

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	406.395,59					406.395,59
Edifícios e outras construções	2.618.482,25	153.300,00	4.514,63			2.767.267,62
Equipamento básico	254.066,56	3.266,73				257.333,29
Equipamento transporte	147.578,49					147.578,49
Equipamento biológico	249,40					249,40
Equipamento administrativo	127.256,66	1.900,79				129.157,45
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total	3.554.028,95	158.467,52	4.514,63	0,00	0,00	3.707.981,84
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	479.510,60	20.705,26				500.215,86
Equipamento básico	245.223,96	1.459,05				246.683,01
Equipamento transporte	143.378,49					143.378,49
Equipamento biológico	249,40					249,40
Equipamento administrativo	106.216,32	5.448,51				111.664,83
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total	974.578,77	27.612,82	0,00	0,00	0,00	1.002.191,59

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	391.230,40		391.230,40	392.258,68		392.258,68
Locações financeiras			0,00			0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas bancárias de factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Descobertos bancários contratados			0,00			0,00
Outros empréstimos - Formação			0,00			0,00
Total	391.230,40	0,00	391.230,40	392.258,68	0,00	392.258,68

Em 31 de Dezembro de 2017, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Até um ano	81.362,44		81.362,44	40.797,96		40.797,96
De um a cinco anos			0,00			0,00
Mais de cinco anos	309.867,96		309.867,96	351.460,72		351.460,72
Total	391.230,40	0,00	391.230,40	392.258,68	0,00	392.258,68

7. Inventários

Em 01 de Janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.579,63	59.071,05	153.684,61	8.741,15	67.976,71	39.971,96	5.148,06
Produtos acabados e intermédios							
Produtos e trabalhos em curso							
Total	8.579,63	59.071,05	153.684,61	8.741,15	67.976,71	39.971,96	5.148,06
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				212.594,14			111.541,76
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2017
Prestação de serviços	273.349,14	150.853,61
Quotas dos utilizadores	86.358,42	82.729,54
Quotas e jóias	660,00	570,00
Promoções para captação de recursos	177.887,33	62.423,39
Outros não especificados	8.443,39	5.130,68
Juros	583,03	445,33
Royalties		
Dividendos		
Total	273.932,17	151.298,94

Handwritten signature and stamp

CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016	2017
Centro Regional Segurança Social	1.258.782,70	1.262.149,82
Creches	142.851,96	145.854,48
Jardim de infância	107.454,78	108.846,18
Lares e internatos de crianças e jovens	914.279,80	911.724,68
Centro de acolhimento temporário	72.778,56	74.306,88
Unidade de emergência	21.417,60	21.417,60
Autarquias e outros	2.603,87	2.358,45
Apoios diversos	2.603,87	2.358,45
Do Exterior	0,00	0,00
Fundo Social Europeo		
Orçamento Segurança Social		
Total	1.261.386,57	1.264.508,27

10. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de "86" e em 31/12/2017 foi de "87".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	788.146,64	959.308,88
Benefícios Pós-Emprego		
Indeminizações	26.592,08	
Encargos sobre as Remunerações	173.200,36	213.683,36
Seg. Ac. No Trabalho e Doenças Profissionais	12.519,15	11.864,00
Gastos de Ação Social		
Outros Gastos com o Pessoal		
Total	1.000.458,23	1.184.856,24

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2017
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	19.456,50	22.410,50
Outros Devedores	3.732,17	3.732,17
Perdas por Imparidade		
Total	23.188,67	26.142,67

12.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2017
Caixa	3.311,20	1.377,05
Depósitos à ordem	88.559,86	91.790,74
Depósito a prazo	107.002,70	10.000,00
Outros	49,88	49,88
Total	198.923,64	103.217,67

12.3. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	419.725,57			419.725,57
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	822.453,92		43.589,06	778.864,86
Outras variações nos fundos patrimoniais	551.040,22	148.786,49		699.826,71
Total	1.793.219,71	148.786,49	43.589,06	1.898.417,14

Handwritten signatures and initials.

12.4. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Fornecedores c/c	110.792,94	125.270,35
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em recepção e conferência		
Total	110.792,94	125.270,35

12.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Ativo		
Imposto sobre Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas		
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	7.110,13	8.489,95
Segurança Social	36.222,82	41.475,20
Outros Impostos e Taxas	225,08	257,67
Total	43.558,03	50.222,82

12.6. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal				2.774,36
Remunerações a pagar				2.774,36
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de investimentos	415.044,30	1.671,66	415.044,30	4.835,43
Credores por acréscimos de gastos		30,00		30,00
Outros credores		151,75		151,75
Total	415.044,30	1.853,41	415.044,30	7.791,54

Handwritten signature and initials

CENTRO JUVENIL DE CAMPANHÃ

12.7. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2016	2017
Subcontratos		
Serviços especializados	152.666,71	182.831,55
Materiais	26.764,22	23.582,20
Energia e fluidos	116.463,78	112.460,51
Deslocações, estadas e transportes	10.083,89	8.625,35
Serviços diversos	49.133,11	47.144,37
Total	355.111,71	374.643,98

12.8. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Rendimentos Suplementares	757,20	1.727,97
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	4,88	341,87
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	78.969,74	99.915,51
Outros rendimentos e ganhos	194.327,70	153.582,14
Total	274.059,52	255.567,49

12.9. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Impostos	274,24	1.129,71
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros		
Gastos e perdas de investimentos não financeiros		
Outros gastos e perdas	56.061,30	6.301,26
Total	56.335,54	7.430,97

12.10. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	6.578,06	6.308,34
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento	10.747,81	18.867,01
Total	17.325,87	25.175,35
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	583,03	445,33
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total	583,03	445,33
Resultados financeiros	-16.742,84	-24.730,02

12.11. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Administração do Centro Juvenil Campanhã em 09 de março de 2018.

Porto, 09 de março de 2018

A Administração



Cardeiro

As Contas**1. Análise à Situação Financeira**

Em termos de ativos e passivos financeiros, refletem a operacionalidade do Centro Juvenil de Campanhã, devendo-se referir que os valores a receber e a pagar são meramente pontuais.

Na demonstração de resultados há a realçar:

2. Rendimentos – Ganhos no exercício no total de 1.603.250,63€

	2017
Prestações de serviços/ Ganhos	82.729,54€
Subsídios à Exploração e donativos	1.326.931,66€
Outros Rendimentos e ganhos	193.144,10€
Juros, dividendos e outros rendimentos	445,33€

3. Gastos incorridos no exercício no total de 1.619.719,36€

	2017
Gastos com Pessoal	1.184.856,24€
Fornecedores e Serviços Externos	374.643,98€
Gastos de Depreciações e de amortizações	27.612,82€
Gastos e perdas de financiamento	25.175,35€
Outros gastos e perdas	7.430,97€